

A NATUREZA EVOLUTIVA DO DESENVOLVIMENTO À LUZ DA GLOBALIZAÇÃO

Denis Goulet**

Introdução. Como Ver o Desenvolvimento?

No rastro da II Guerra Mundial, o desenvolvimento era percebido como um problema econômico simples: identificação e quantificação da composição de pacotes de crescimento econômico. Os programas de ajuda do Plano Marshall² para a reconstrução da Europa, junto com as instituições de Bretton Woods (FMI, Bird) criadas para guiar a política econômica internacional, refletiam essa visão. Com o tempo chegou-se ao reconhecimento de que numerosos determinantes sociais, políticos, geográficos, históricos, culturais, psicológicos e ambientais afetam as

possibilidades de desenvolvimento bem-sucedido de uma nação. A maioria dos teóricos e praticantes iniciais, entretanto, considerava auto-evidente que o desenvolvimento, onde e para quem quer que seja, é uma coisa boa; que a tecnologia deveria ser introduzida em todas as atividades humanas porque ela eleva a produtividade; e que instituições especializadas são necessárias para nutrir a modernização. O estudo do desenvolvimento era visto, não como uma inquirição filosófica sobre a troca de valor ou uma busca de novas instituições e regras

* Este trabalho foi publicado originalmente em inglês pela Pontifícia Academia de Ciências Sociais, sob a referência: Denis Goulet, "The Evolving Nature of Development in the Light of Globalization". In Louis Sabourin (org.), *Proceedings of the Workshop on the Social Dimensions of Globalisation* (21-22 de fevereiro de 2000). Cidade do

Vaticano, Pontificiae Academiae Scientiarum Socialium, 2000, pp. 26-46. Permissão concedida para a presente versão em português.

** Professor titular da Cátedra O'Neill de Educação para Justiça da Universidade de Notre Dame, Estados Unidos.

de governança global, mas como o exame técnico de como mobilizar recursos de maneira mais eficiente e construir infra-estruturas mais adequadas para o crescimento. O desenvolvimento, em suma, era objeto propriamente de estudo para a ciência econômica. Ainda mais, dentro da disciplina da economia, a corrente de teoria, metodologia e análise que se poderia denominar de "engenharia", livre de conteúdo valorativo, prevalecia. Como Amartya Sen nota:

A economia teve duas origens bem diferentes, ambas relacionadas com a política, mas com relacionamentos de modos muito diferenciados, referidos respectivamente à 'ética', por um lado, e ao que se poderia chamar de 'engenharia', por outro... A abordagem de 'engenharia' se caracteriza por interessar-se por problemas primordialmente logísticos, mais do que por fins últimos e questões como o que pode fomentar 'o bem do homem' ou 'como a pessoa deveria viver'. Os fins são considerados como dados de forma razoavelmente direta e o objeto do exercício é encontrar os meios apropriados para os servir.³

Sen reporta a tradição relacionada com a ética a Aristóteles, para quem

o estudo de economia, embora vinculado imediatamente à perseguição da riqueza, em um nível mais profundo está ligado a outros estudos, envolvendo a estimação e a intensificação de objetivos mais básicos... A economia relaciona-se em última instância com o estudo da ética⁴.

Sen julga que

a metodologia da chamada 'economia positiva' não somente afugentou a análise normativa da economia; ela teve também o efeito de fazer ignorar-se uma variedade de complexas considerações éticas que influenciam comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam tal conduta, são primariamente matéria de fato mais do que de julgamento normativo.⁵

O desenvolvimento, antes de qualquer coisa, é uma questão de valores humanos e atitudes, de objetivos autodefinidos por

sociedades e critérios para determinar o que são custos toleráveis a serem aceitos e por quem no processo de mudança. Isso é muito mais importante do que a modelagem de alocações ótimas de recursos, a promoção de competências ou a racionalização de procedimentos administrativos. Nem o desenvolvimento consiste em um processo harmonioso, e sim traumático, cheio de contradições e conflitos. O desenvolvimento é uma aventura ambígua, nascida de tensões entre *que* bens são buscados, para *quem* e *como* são obtidos. As inovações criam tensões entre novas demandas de informação, de bens materiais, de serviços e liberdade e a capacidade efetiva das sociedades de satisfazer essas demandas.

Juízos éticos quanto à vida sã, à sociedade justa e à qualidade das relações das pessoas entre si e com a natureza sempre servem, explícita ou implicitamente, como critérios operacionais para os planejadores e pesquisadores do desenvolvimento. A ética do desenvolvimento é o estudo interdisciplinar *ex professo* de tais problemas carregados de valores.⁶

Os organizadores de uma série de livros sobre "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento em Perspectiva Histórica" consideram que:

A natureza do assunto tem forçado tanto os estudiosos quanto os praticantes para que transcendam as fronteiras de suas próprias disciplinas sejam elas ciências sociais, como a economia, a geografia ou sociologia, ou ciências aplicadas tais como a agronomia, a biologia das plantas ou engenharia civil. Constitui hoje uma sabedoria convencional de estudos do desenvolvimento que os problemas do desenvolvimento são tão multifacetados e complexos que *nenhuma* disciplina isolada pode esperar abrangê-los, muito menos solucioná-los.⁷

O desenvolvimento gera conflitos de valores quanto ao significado do que seja uma vida boa. Modelos concorrentes de uma vida que valha a pena são propostos em trabalhos como o do psicólogo Erich

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

Fromm *To Have or To Be?* (Ter ou Ser?), o do romancista George Perenc *Les Choses* (As Coisas) ou o da autora de ficção científica Ursula K. LeGuin *The Dispossessed* (Os Despossuídos)⁸. No último deles, dois modelos de comunidade disputam a lealdade das pessoas. Um é uma sociedade que premia a solidariedade, a amizade política, saúde e um alto grau de igualdade realizável somente em regime colaborativo e disciplinado de uso de recursos. O outro modelo premia o conforto e o enriquecimento individuais e depende da competição e de recursos materiais abundantes como seus motores societários.

Um segundo conjunto de questões de valor centrais ao debate do desenvolvimento diz respeito aos fundamentos da justiça na sociedade. Devem os direitos civis e políticos que garantem as liberdades individuais desfrutar de primazia sobre os direitos socioeconômicos coletivos de satisfação das necessidades e de realização do bem comum perseguido pela sociedade? Os direitos humanos não passam de bens instrumentais, ou são objetivos de valor que valem por seu próprio fim?

Uma terceira questão valorativa enraizada na tomada de decisões de desenvolvimento concentra-se nos critérios a adotar com respeito à natureza. Deveriam os humanos encarar a natureza simplesmente como matéria-prima para a exploração prometéica por si próprios, ou como o ventre maior da vida no qual vivem, se mexem e têm sua existência, e cujos ritmos e leis devem respeitar? Que postura dominante dos humanos em relação à natureza teria sentido, uma extrativa e manipulativa ou uma de busca de harmonia?

1. O Desenvolvimento é Sustentável?

Para o Banco Mundial, a “realização do desenvolvimento sustentável e equitativo

permanece como o maior desafio diante da espécie humana”⁹. É evidente, entretanto, que desenvolvimento equitativo não tem sido alcançado: as disparidades estão se alargando e uma nova pobreza está sendo produzida mais rápido pelo crescimento econômico do que uma nova riqueza. Claramente, pois, o tipo de desenvolvimento que se persegue atualmente não pode ser sustentado.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas”¹⁰. O economista Paul Streeten, um ex-conselheiro de política do Banco Mundial, observa, porém, que não é claro se se deve:

preocupar com a sustentação dos constituintes do bem-estar ou com seus determinantes, se com os meios ou os fins. Claramente, o que deve importar são os constituintes: saúde, bem-estar e prosperidade das pessoas, e não tantas toneladas de minerais, tantas árvores, tantas espécies animais. No entanto, algumas das coisas escritas sobre o assunto confundem os dois tópicos. Se, no processo de cura do câncer de ovário e outras formas dessa doença, as árvores de *yew* do Pacífico (ou mesmo a coruja manchada) tivessem que ser reduzidas em número para se produzir o remédio taxol, a saúde das pessoas teriam prioridade sobre as árvores.¹¹

As coisas são ainda mais complicadas, acrescenta Streeten, porque o termo “desenvolvimento sustentável” tem pelo menos seis diferentes significados. Ele pode indicar 1) “manutenção, reposição e crescimento dos ativos de capital, tanto físicos quanto humanos”; 2) “manutenção das condições físicas ambientais dos constituintes do bem-estar”; 3) a “resiliência” de um sistema, capacitando-o a ajustar-se a choques e crises; 4) “evitar-se jogar sobre futuras gerações dívidas internas e externas”; 5) “sustentabilidade

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

fiscal, administrativa e política. Uma política deve ser crível e aceitável aos cidadãos, de forma que haja consenso suficiente para levá-la a cabo"; e 6) "a habilidade para entregarem-se projetos à gestão dos cidadãos do país em desenvolvimento no qual eles sejam executados, de modo que os peritos estrangeiros possam se retirar sem ameaçar seu sucesso".¹²

Se a sustentabilidade e o desenvolvimento são compatíveis representa, em si, um ponto em questionamento. O economista Paul Ekins argumenta que:

a trajetória dominante do desenvolvimento econômico desde a revolução industrial tem sido patentemente insustentável. Não existe, literalmente, em nenhum lugar do mundo, qualquer experiência de uma economia industrial ambientalmente sustentável, em que tal sustentabilidade se refira a um estoque de capital ambiental que não se esgote.¹³

A sustentabilidade parece requerer um viver simples, no qual o consumo seja limitado. Tal como hoje se concebe, todavia, o desenvolvimento pede crescimento econômico sem fim, o qual pode tornar a sustentabilidade impossível ao provocar a depleção de recursos e a poluição da biosfera além de seu poder de recuperação.

Não há nenhum consenso quanto a como o desenvolvimento pode ser tornado sustentável. Nem quanto a que estratégias sejam mais adequadas para alcançá-lo. O economista Keith Griffin avaliou seis estratégias de desenvolvimento perseguidas antes do advento da globalização: monetarismo, economia aberta, industrialização, revolução verde, redistribuição e socialismo. Griffin calcula resultados empíricos fornecidos por cada estratégia em diferentes países no tocante a seis referências: 1) utilização de recursos e nível de renda; 2) poupanças, investimento e crescimento; 3) formação de capital humano; 4) pobreza e desigualdade; 5) papel do Estado; e 6) participação, democracia e liberdade. Os resultados imprecisos que obteve levaram Griffin a

concluir que "não existe caminho que seja o melhor para o desenvolvimento"¹⁴.

O que se manifesta cada vez mais claramente, porém, é que, independente do caminho de desenvolvimento adotado, a sustentabilidade deve ser assegurada em cinco domínios: econômico, político, social, ambiental e cultural. A viabilidade econômica de longo prazo depende de um uso de recursos que não os exauram irreversivelmente. A viabilidade política repousa na criação para todos os membros da sociedade de um interesse em sua sobrevivência: isto não pode ser alcançado a menos que todos gozem de liberdade, direitos pessoais invioláveis e creiam que o sistema político dentro do qual vivem persegue algum bem comum e não meros interesses particulares. A sustentabilidade ambiental requer a manutenção de diversidade abundante de formas de vida e biosistemas, um modo restaurador de uso de recursos e uma disposição de dejetos dentro dos limites de absorção da natureza. E se o desenvolvimento deve ser social e culturalmente responsável, os fundamentos de comunidade e sistemas de significação simbólica devem ser protegidos. De outra forma, eles serão esmagados pelo rolo compressor de um esquecimento a pretexto de submetê-los aos requisitos da "racionalidade" científica e técnica.

O fornecimento de respostas conceituais, institucionais e comportamentais satisfatórias às três questões de valor listadas anteriormente – a vida boa, a sociedade justa, a relação saudável com a natureza – é o que constitui desenvolvimento autêntico. Segue-se, portanto, que nem toda nação com uma alta renda *per capita* é verdadeiramente desenvolvida e que somente o desenvolvimento autêntico deveria ser sustentável.

II. O Que é Desenvolvimento Humano Autêntico?

Em penetrante estudo da evolução da idéia do desenvolvimento, o historiador suíço Gilbert Rist observa que:

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

o período do término da Segunda Guerra Mundial ao fim do império soviético foi marcado por duas formas de 'desenvolvimento': a primeira sustentava a crença firme que inspirou a extensão da sociedade de mercado e sua expressão colonial; enquanto a segunda se assemelhava mais a um messianismo religioso em seu entusiasmo voluntarista para estabelecer de uma vez o ideal de uma sociedade justa e afluyente. *Dois mecanismos paralelos foram então imaginados para apressar o advento de uma nova era: o Estado do Bem-estar no Norte e estratégias de 'desenvolvimento' no Sul.*

Essas incitações messiânicas morreram no começo dos anos noventa; a 'globalização' que tomou seu lugar pode ser considerada uma nova manifestação da mesma crença (adaptada à cultura pós-moderna) em que o real e o virtual se fundem. O 'desenvolvimento' agora se retira para detrás de suas aparências, e persiste somente na forma de um 'como se', uma ilusão de ótica cuja verossimilhança é o bastante para nos fazer esquecer sua falta de realidade. Pois o objeto banido é tão importante que deve ser preservado por enquanto, mesmo que sob forma delusória.¹⁵

Mais adiante neste ensaio se verá que, de forma surpreendente e paradoxal, a convergência de correntes críticas de ataque à globalização fez ressurgir o que Rist chama "essas incitações messiânicas".

Uma voz inicial em defesa de um desenvolvimento de bases éticas é a de Louis-Joseph Lebreton, fundador do movimento Economia e Humanismo¹⁶ e uma figura influente na elaboração da encíclica *Populorum Progressio* e outros documentos papais sobre desenvolvimento. Lebreton define o desenvolvimento como

a série de transições, para uma dada população e todos os grupos que a compreendem, de um padrão menos humano a um padrão mais humano de existência, no ritmo mais veloz e ao custo mais baixo possível, levando-se em consideração simultaneamente todos os laços de solidariedade que existem (ou

deveriam existir) entre essas populações e grupos de indivíduos.¹⁷

Expressões normativas tais como "mais humano" e "menos humano" devem ser entendidas à luz da distinção de Lebreton entre *plus avoir* ("ter mais") e *plus être* ("ser mais"). Uma sociedade é mais humana ou desenvolvida, não quando seus cidadãos "têm mais", e sim quando todos são habilitados ou dotados de capacitação "para ser mais". O crescimento material e o aumento quantitativo são sem dúvida necessários para o desenvolvimento humano genuíno, mas não qualquer espécie de crescimento ou aumento obtido a qualquer preço. Na visão de Lebreton, o mundo como um todo permanece subdesenvolvido ou se torna presa de um ilusório antidesenvolvimento na medida em que um pequeno número de nações ou grupos privilegiados permanece alienado em uma abundância de bens suntuários (frivolidades), às expensas dos muitos que são privados dessa maneira dos bens essenciais (subsistência). Quando uma situação assim prevalece, sociedades ricas e pobres igualmente sofrem de uma satisfação insuficiente de suas necessidades de "engrandecimento".

A formulação de Lebreton dos requisitos do desenvolvimento autêntico – o que Rist chama de desenvolvimento "real"¹⁸ –, embora delineada décadas atrás, persiste como algo útil. Isso se deve amplamente à insistência de Lebreton em basear suas teorias do desenvolvimento nas condições e fatos empíricos observados em contextos amplos diversos. Ainda que Lebreton haja morrido em 1966, ele legou uma herança sobre o desenvolvimento que contém lições importantes para o cenário mundial globalizado de hoje.¹⁹

A primeira lição é a de que os tomadores de decisões de desenvolvimento devem estudar as necessidades expressas das populações em cujo benefício eles professam trabalhar. De outra forma, as decisões serão elitistas, superabstratas e correm o risco de reducionismo. Ainda em

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

1962, o falecido Max Millikan, um praticante da análise econométrica na preparação de planos de desenvolvimento, havia notado a importância da consulta à população interessada quanto a que sacrifício de valores ela estaria disposta a aceitar com respeito a cursos alternativos de ação. Escrevendo então nos *position papers* preparados para a Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia para o Benefício das Áreas Menos Desenvolvidas, Millikan declarava que:

o processo para chegar ao plano nacional deve ser um em que os planejadores apresentem para discussão à comunidade uma variedade de escolhas críticas, mostrando, para cada alternativa, as conseqüências para a sociedade de se perseguir de forma consistente e eficiente determinada escolha. Apenas por esse processo é que a comunidade pode ter claras suas metas individuais e sociais.²⁰

Os estudos de pré-planejamento de Lebret oferecem um meio sistemático de engajamento precisamente em tal consultação.²¹

Lebret insistia também na relação dos problemas de ordem micro com questões macro. Seu método de conduzir levantamentos abrangentes em múltiplos domínios (geografia, infra-estrutura física, ocupação do espaço, arranjos administrativos e institucionais, etc.), seguidos de micro e macroanálises, levava a avaliações entre alternativas concorrentes que protegiam os peritos da visão do desenvolvimento como ações simples, descontínuas e sem conexão.

Uma terceira lição de Lebret para a era da globalização é a prioridade das necessidades sobre os desejos ou preferências (expressos pelo efetivo poder de compra). Tal como Mannheim, Barbara Ward e Galbraith, Lebret compreendia que as necessidades de numerosos pobres não podem ser satisfeitas pelo livre jogo de mercado. Os mercados são sensíveis ao poder de compra.

Um sistema de mercado totalmente desprovido de controle por instituições de justiça, partilha e solidariedade torna os fortes mais fortes e os fracos mais fracos. Como ferramentas úteis em uma ordem social que funciona, os mercados têm um papel positivo e descentralizante a desempenhar. Como senhores da sociedade, porém, enriquecem os ricos e pauperizam os pobres.²²

Lebret subscrevia a distinção de Mannheim entre um princípio organizador e um mecanismo social. Nas palavras do último:

Competição ou cooperação como mecanismos podem existir e servir a diversos fins em qualquer sociedade, pré-letrada, capitalista, não-capitalista. Mas falando da fase capitalista de individualismo e concorrência bruta, pensamos em um princípio de organização social estrutural difuso. Essa distinção pode ajudar a esclarecer a questão de se a concorrência capitalista – alegadamente básica para nossa estrutura social – precisa ser mantida como uma força motivadora indispensável. Ora, pode-se muito bem eliminar a competição como o *princípio organizador* da estrutura social e substituí-la pelo planejamento, sem eliminar a concorrência como um *mecanismo social* para servir a fins desejáveis.²³

Existe reconhecimento crescente, atualmente, de que os mercados estão alicerçados, como subsistemas, em um sistema societário mais amplo. É este sistema de maior amplitude que deve prover o princípio organizador da atividade econômica e as regras de governança para fazerem a concorrência do mercado funcionar como mecanismo social a serviço do princípio.

Uma quarta lição retirada de Lebret é a de que o desenvolvimento é multi-dimensional: ele abarca componentes econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e espirituais do bem-estar humano. Daí, sua insistência em se alcançar um desenvolvimento "balanceado". Todas as dimensões do "florescer

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

humano" (termo preferido pelos filósofos da atualidade, quando aludem ao desenvolvimento) devem ser realizadas, mesmo que desequilíbrios táticos ou estratégicos (e temporários) possa ser preciso praticar ao longo do caminho. Lebret nunca cansou de insistir em que o desenvolvimento é para "toda pessoa e para a pessoa toda" ("*tous les hommes et tout l'homme*"). Da mesma forma como fez o Pnud nos seus *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anuais iniciais, Lebret considerava o crescimento econômico como o meio e o desenvolvimento humano como o fim. As coisas dão errado quando esses elementos se invertem: quando o crescimento econômico é buscado como se ele fosse o fim e não um meio. Tal inversão leva a um desenvolvimento torto e a custos excessivos em termos de sofrimento humano e destruição cultural.

A quinta lição que vem do legado de Lebret é a necessidade de globalizar solidariedade. Seu último livro, publicado postumamente, leva o título *Développement = Révolution Solidaire* (Desenvolvimento = Revolução Solidária). Décadas atrás, outro teórico do desenvolvimento, o economista John Kenneth Galbraith, argumentou que o "requisito final de planejamento do desenvolvimento moderno é de que este tenha uma teoria do consumo ... uma visão de para quê se destina a produção em última análise ... *Mais importante, que tipo de consumo deveria ser planejado?*"²⁴ Uma teoria do consumo pressupõe uma teoria das necessidades. E uma teoria sólida das necessidades postulará uma hierarquia de importância e urgência em volta de categorias tais como: necessidades de primeira ordem, necessidades de engrandecimento, necessidades suntuárias.²⁵ Não existe desenvolvimento autêntico quando necessidades de primeira ordem de muitos são sacrificadas em prol das necessidades supérfluas de uns poucos. Por essa razão, Erich Fromm julga que a "alienação afluente" não é menos desumanizante do

que a "alienação do empobrecimento".²⁶ Nem um desenvolvimento saudável tem lugar quando as necessidades de engrandecimento não são amplamente satisfeitas. Pois, neste caso, numerosas *habilidades* essenciais, nas palavras de Sen, necessárias ao florescer humano, estarão ausentes.

Em 1986 (15-19 de setembro), cerca de sessenta planejadores governamentais, gestores de projetos e cientistas sociais se encontraram em uma oficina de trabalho sobre "Problemas Éticos no Desenvolvimento" no Instituto Marga (Instituto de Estudos de Desenvolvimento do Sri Lanka) em Colombo. Chegou-se aí a um consenso quanto à necessária inclusão em qualquer definição adequada do desenvolvimento das seguintes dimensões:²⁷

Um *componente econômico*, que trate da criação de riqueza e de melhoria das condições materiais de vida, equitativamente distribuída;

Um *ingrediente social*, medido como bem-estar em saúde, educação, habitação e emprego;

Uma *dimensão política*, abraçando valores como direitos humanos, liberdade política, proteção jurídica das pessoas e alguma forma de democracia;

Um *elemento cultural*, como reconhecimento do fato de que a cultura confere identidade e auto-estima à população (embora o *equilíbrio ecológico* não estivesse relacionado como item específico, foi considerado sob a égide de "elemento cultural" como componente básico de um desenvolvimento sadio);

Uma dimensão final, que se poderia denominar de *paradigma da vida integral*, o qual se refere a sistemas de significado, símbolos e crenças que dizem respeito ao sentido último da vida e da história.

O que se sugere aqui é que estratégias de desenvolvimento saudável deveriam assumir formas de crescimento econômico cuja composição da produção esteja centrada nas necessidades básicas, na

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

criação de emprego (por meio amplamente de Tecnologias Apropriadas),²⁶ em investimento em infra-estrutura pública descentralizada visando a formação de múltiplos “pólos” de desenvolvimento, em uma relação de alocação social adequada de despesas públicas destinadas ao que o Pnud chama de “preocupações com prioridades humanas”²⁹, em política de incentivos que promova aumento de produtividade em setores de baixa eficiência e em inserção e desligação seletivas nos mercados globais, com ênfase primeira no mercado interno.³⁰

Em seu informe sobre “Norte-Sul: Um Programa para a Sobrevivência”, a Comissão Brandt asseverava que:

A humanidade nunca teve recursos técnicos e financeiros tão amplos para enfrentar a fome e a pobreza. Essa imensa tarefa pode ser atacada desde que a necessária vontade coletiva seja mobilizada ... A solidariedade entre os homens deve ir além das fronteiras nacionais: não podemos permitir que ela se reduza a uma frase sem sentido. A solidariedade internacional deve surgir tanto de fortes interesses mútuos em cooperar quanto de compaixão em relação aos que passam fome.³¹

III. Depois do Pós-Modernismo: Definindo o Desenvolvimento de Cada Um

O romancista francês Léon Bloy (1846-1917) lamenta que, “quando aqueles que amam a Deus tentam falar acerca dEle, suas palavras são leões cegos procurando fontes de água no deserto”.³² Embora aqueles que falem inteligente e sensivelmente sobre o desenvolvimento não sejam reduzidos a tal cegueira total, carregam, não obstante, uma pesada carga lingüística. Pois o desenvolvimento é tanto um termo quanto uma prática ambígua. E o termo é usado seja *descritiva* ou *normativamente*: para descrever uma condição atual ou projetar uma alternativa desejável. O emprego

descritivo prevalece no corpo crescente de escritos testemunhais sobre desenvolvimento³³, em informes estatísticos ou de política emitidos por organizações internacionais de financiamento e na volumosa literatura acadêmica ora aparecendo numa miríade de disciplinas. O uso normativo da palavra é encontrado em trabalhos de crítica ou de advocacia alternativa³⁴, cujos autores utilizam linguagem com carga de valor para criticar o desenvolvimento como é hoje levado a cabo ou para propugnar por uma visão diferente, julgada ética ou politicamente superior. Ademais, a palavra idêntica “desenvolvimento” refere-se quer a fins, quer a meios de mudança social. O Desenvolvimento é ao mesmo tempo a visão de uma vida melhor – uma vida materialmente mais rica, institucionalmente mais “moderna” e tecnologicamente mais eficiente – e um rol de meios para se alcançar essa visão. Tais meios vão do planejamento econômico a campanhas de propaganda, de engenharia social compreensiva a intervenções setoriais de todo tipo, com vistas a mudar valores, condutas e estruturas sociais.

Não é somente a terminologia do desenvolvimento que está cheia de ambivalências, porém, do mesmo modo, sua prática. Um desconcertante sortimento de prescrições de política desfila sob a bandeira única do desenvolvimento, incluindo: integração rápida e agressiva nos mercados globais competitivos; adoção de instituições e práticas sociais e políticas ocidentais; repúdio da busca de ocidentalização de modelos “endógenos” de mudança; ajuste estrutural de políticas macro que favoreçam investimento privado e liberalização; estratégias baseadas em projetos pequenos, sob controle local.

Tanto como *Visão* de uma vida melhor – constituída de bem-estar material, eficiência tecnológica e modernidade institucional – como um *Processo* pelo qual sociedades avançam em direção àquela

visão, o “desenvolvimento” está atado fortemente à modernidade, usualmente considerada como condição desejável (se não obrigatória) a ser procurada por todas as sociedades.

O pensamento pós-moderno, operando tanto como norma epistemológica quanto estudo de exegese repudia a modernidade e desafia a legitimidade do desenvolvimento, ao negar a existência de valores universais e a primazia de objetivos sobre processos.

O pensamento dominante sobre o desenvolvimento tem desde muito defendido a desejabilidade universal objetiva de sua visão da boa vida e seu modelo da boa sociedade. O pós-modernismo provê uma forte crítica do reducionismo economicista unidimensional no estabelecimento de fins societários; paradigmas elitistas de pesquisa, análise e prescrição de políticas, e valorações etnocêntricas de modos de vida baseados em experiências ocidentais históricas.

Desde os dias remotos do desenvolvimento, entretanto, têm existido correntes alternativas de pensamento, prescrição e modelagem que oferecem visões e estratégias distintas de desenvolvimento, de modo não-reducionista, não-elitista, não-etnocêntrico. Críticas pós-modernas têm feito ressurgir interesse nessas alternativas paradigmáticas que sublinham o estabelecimento de perspectivas de desenvolvimento com apoio na tradição e na cultura, com participação não-elitista na tomada de decisões e na ação de desenvolvimento e especificações múltiplas dos componentes da boa vida e da sociedade desejável.³⁵ Novas imagens da boa vida e da sociedade desejável têm também surgido que, tal como as alternativas mais antigas, contestam o paradigma predominante de desenvolvimento que ainda impera.

Para que novos paradigmas apareçam, o desenvolvimento autêntico que ocorre

atualmente em numerosas microarenas deve tomar corpo nos critérios de tomada de decisão que prevalecem nas macroarenas. Isso deve ocorrer numa conjuntura mundial radicalmente diversa da que predominava na infância do desenvolvimento, no imediato após-guerra. Essa conjuntura alterada se caracteriza pela globalização.

IV. Debates de Desenvolvimento na Era da Globalização

Debaixo do estandarte unificador da globalização se encontram múltiplos problemas interconectados que oferecem o palco conjuntural básico dos debates atuais sobre desenvolvimento. Embora nenhuma concordância exista quanto à definição precisa da globalização, sua importância não é questionada. Nem está em disputa que a globalização conecta todas as sociedades e pessoas individuais no globo em uma intensidade e registro jamais verificados. Um analista perspicaz, Thomas Friedman, vê a globalização como possuindo sua própria lógica: ela não é percebida como fenômeno simples e onda passageira, mas um novo sistema internacional. Em suas palavras:

Hoje é o sistema internacional superabrangente dando forma à política interna e às relações exteriores de virtualmente todo país, e precisamos entendê-lo como tal ... A era da globalização de agora, que substituiu a Guerra Fria, é um sistema internacional similar, com seus específicos atributos próprios. De saída, o sistema de globalização, ao contrário do sistema da Guerra Fria, não é estático, mas um processo dinâmico em operação: a globalização envolve a inexorável integração de mercados, Estados-nação e tecnologias em um grau nunca testemunhado antes – de uma forma que está habilitando indivíduos, corporações e Estados-nação a atingir o mundo inteiro mais longe, mais rápido, de modo mais

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

profundo e mais barato do que em qualquer época anterior, e de um jeito que está também produzindo uma poderosa reação da parte daqueles brutalizados ou deixados para trás por esse novo sistema.

A idéia-força detrás da globalização é o capitalismo de livre mercado – quanto mais se deixa que as forças de mercado ditem as regras e quanto mais se abre a economia para o comércio livre e a concorrência, tanto mais eficiente e próspera será a economia. Globalização significa espalhar o capitalismo de mercado livre a virtualmente todo país no mundo. A globalização também tem seu próprio conjunto de regras econômicas – regras que revolvem em torno da abertura, desregulamentação e privatização da economia³⁶

A globalização estende seu alcance a diversas esferas: economia, finanças, cultura, tecnologia, informação e governança. A função econômica é encarada mais agora em termos internacionais do que nacionais. E comércio, investimento, moeda, tecnologia, idéias, práticas de consumo, imagens recreativas, pessoas individuais, ações de grupos organizados e bens culturais de toda espécie circulam através de fronteiras nacionais com cada vez menos restrições e em volumes rapidamente crescentes.

A globalização é uma faca de dois gumes de resultados observáveis mistos. Avanços antes inimagináveis têm sido por ela assegurados em numerosos domínios: riqueza tem sido criada, tecnologia difundida, solidariedades políticas em torno de questões de direitos humanos, igualdade das mulheres, defesa de comunidades culturais indígenas e saúde ecológica têm se consolidado. Entretanto, a globalização tem também cobrado um preço alto sob a forma de novas e mais amplas desigualdades, de diluição da soberania nacional efetiva e múltiplas formas de insegurança. Entre as ameaças à segurança humana brotando da globalização, o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

relaciona as seguintes formas de insegurança: econômica, de emprego e renda, de saúde, cultural, pessoal, ambiental, política e de comunidade³⁷. A natureza muito visível dessas ameaças e iniquidades tem dado origem a críticas poderosas, as quais, recentemente, encontraram expressão organizada em protestos públicos contra a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle, Estados Unidos (30 de novembro-3 de dezembro de 1999).

Os manifestantes incluíam disparatados grupos de ambientalistas, trabalhadores e consumidores. Grupos de consumidores europeus e norte-americanos argumentavam “que os governos devem colocar preocupações acerca da segurança alimentar acima do livre comércio”³⁸. Nessa reclamação, foram acompanhados por ambientalistas, que vêem o livre comércio como bloqueio da instituição da necessária regulação ambiental em todo o mundo. Outros grupos expressavam uma preocupação política mais explicitamente quanto à ausência de vozes democráticas nas instituições da globalização que representam interesses que não sejam os de grandes corporações e governos poderosos. Em Seattle, eles protestavam contra “a natureza de porta fechada da tomada de decisões da OMC, do mesmo modo que quanto ao que enxergam como sua tendência de passar olímpicamente por cima do processo legislativo dos governos nacionais e locais”³⁹. Resistência semelhante à tomada de decisões internacionais burocráticas de elite tinham levado, em 1998, ao adiamento do MAI (Acordo Multilateral de Investimento) na OECD (Paris). Sindicatos, por sua vez, acusavam a OMC, que, em Seattle, serviu como o culpado visado de simbolizar os procedimentos gerais da globalização, de encorajar práticas de *dumping* (as quais, dizem os sindicatos, destroem empregos dentro do país) e de falar em fixar “padrões internacionais de trabalho que impeçam os

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

países pobres de usar trabalho infantil, ou leis trabalhistas frouxas, a fim de capturar postos de trabalho dos países ricos⁴⁰.

Irresponsabilidade ambiental, favorecimento das instituições de elite ricas e poderosas, valorização do comércio lucrativo acima da segurança e da saúde dos consumidores, destruição de empregos, diluição da soberania dos Estados (em particular, controle sobre a economia e o sistema financeiro nacionais)

— esse representa o amplo leque de reclamações gerais erigidas contra a globalização. Os defensores desta, e de suas prescrições e práticas centrais — livre comércio, liberalização, privatização —, replicam que tais acusações são descabidas ou exageradas⁴¹. O semanário londrino *The Economist*, um defensor da globalização muito influente e articulado, atesta em tom elevado que mais e não menos globalização é requerida, e que aqueles mais prejudicados pelos obstáculos ao comércio livre são os pobres. Um editorial dessa revista de pouco tempo atrás conclamava “a que sejamos claros acerca de quem iria perder mais se a globalização fosse realmente empurrada fortemente para trás — ou, deveras, simplesmente se mais liberalização deixasse de ocorrer. São os países em desenvolvimento. Em outras palavras, os pobres⁴². O mesmo editorial reconhece que o comércio livre não é uma panacéia e que “não é provável que traga mais bem-estar por si só”. Porém, nega que o comércio livre enriqueça multinacionais ou destrua o planeta. Pelo contrário, diz *The Economist*, com livre comércio e seu crescimento desde a queda do Muro de Berlim em 1989, “uma nova oportunidade tem aparecido para os 5 bilhões de pobres juntarem-se à economia mundial e melhorar suas vidas. Essa oportunidade permanece. Não deve ser jogada fora, em meio aos escombros de Seattle⁴³”

Não se deve presumir, contudo, a partir

das coalizões temporárias formadas em Seattle que os interesses de todos os grupos de protesto sejam compatíveis. A Europa e os Estados Unidos têm desacordos agudos quanto ao protecionismo na agricultura e ao comércio de bens culturais. E grandes divergências entre países ricos e pobres subsistem. Os últimos “resistem à inclusão de questões trabalhistas na agenda, o que vêem como pretexto para o protecionismo dos países ricos⁴⁴”.

As disputas no tocante à benevolência da globalização trazem para a frente do debate um conjunto de três desacordos mais amplos e interligados sobre o estado atual do desenvolvimento: em relação ao diagnóstico a ser feito do presente desenvolvimento mundial desequilibrado, em relação à avaliação dos méritos e deméritos dos caminhos de desenvolvimento seguidos em décadas recentes, e em relação às diretivas de prescrição com que focar as decisões de política no futuro próximo. Desacordos chave manifestam-se em quatro campos.

Deveriam ser promovidos o livre comércio e a integração máxima nos mercados competitivos globais, ou se deveriam buscar formas de integração seletiva local/regional/nacional/trans-regional de desenvolvimento endógenas (ou autocêntricas)?⁴⁵ A ampliação da integração econômica, financeira e tecnológica nos mercados globais competitivos tem afetado adversamente não apenas países que têm sido vítimas diretas de colapso financeiro, mas igualmente vários países desenvolvidos, sobretudo no atinente a sua capacidade de criar emprego remunerador e prover serviços governamentais de bem-estar em nível aceitável.

Níveis rápidos e elevados de crescimento econômico deveriam continuar a ser buscados, sob a hipótese de que isso é necessário para o desenvolvimento, ou o crescimento deveria ser reduzido, ou alterado qualitativamente, de modo a garantir sustentabilidade ambiental e social

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

no longo prazo? A linha divisória, na teoria econômica, encontra-se entre os advogados da economia ambiental e aqueles que vêem isso (apenas internalizar, e computar como custo, o que era previamente tratado como externalidades ambientais) como um paliativo e que pleiteiam uma economia ecológica sistêmica e mais biológica, na qual a vitalidade (de natureza, humanos, animais, tecnologia) inter-relacional seja o fim a ser visado, e não o enriquecimento econômico máximo (que consideram como uma forma não inteiramente genuína de riqueza)⁴⁶.

As estratégias de investimento e de transferência de recursos deveriam ser guiadas por preocupações macroeconômicas globais, ou um desenvolvimento mais alternativo, mais de baixo para cima, deveria ser procurado, como reconhecimento de que tais estratégias não devem ser confinadas a microarenas, mas devem ganhar espaço (em harmonia com seus valores e criações institucionais) sobre critérios de tomada de decisão influenciando em meso e macroarenas? A questão aqui é análoga àquela levantada pelo economista britânico Raphael Kaplinsky, ao estudar quais condições são exigidas para que políticas de TA (tecnologia apropriada) sejam economicamente eficientes assim como adequadas dos pontos de vista social, político, cultural e ambiental. Kaplinsky conclui que as macropolíticas estatais devem ser, por si próprias, promotoras de TA para que as ações mais micro de TA produzam os efeitos de desenvolvimento adequados⁴⁷. Algo semelhante é requerido aqui: políticas macroeconômicas que promovam desenvolvimento humano integral sustentável, e não simplesmente desenvolvimento econômico, o qual pode muito bem revelar-se não só insustentável mas destrutivo muito além, sob a ótica humana, de limites toleráveis. Macropolíticas, incluindo políticas globais, deveriam ser desenhadas a fim de produzir efeitos de desenvolvimento no nível micro,

com ênfase que, nas condições corretas, poderia ser posta na definição local de necessidades e controle, de uma forma tanto econômica como socialmente eficiente.

As corporações internacionais de negócio deveriam ser vistas como o principal agente ou ator institucional no desenvolvimento, com governos, organizações da sociedade civil e mesmo instituições financeiras internacionais encaradas como seus parceiros ou facilitadores subordinados? Ou são novéis constelações de parcerias horizontais engajando ONG's, firmas de negócio, agências internacionais, governos em vários níveis e grupos diversos da sociedade civil os atores melhor preparados para promover desenvolvimento sustentável autêntico?⁴⁸. Está longe de ser verdade que mesmo a conduta eticamente responsável dos negócios, ainda que ela se tornasse prática geral, possa produzir desenvolvimento saudável. A busca de lucro e a seleção da "cesta de bens e serviços" a produzir deveriam ser utilizadas por sistemas societários como mecanismos estimuladores e reguladores, não como princípios organizadores da atividade econômica. O âmbito inteiro da atividade econômica relaciona-se instrumentalmente com o fim do desenvolvimento humano qualitativo e multifacetado.

Cai além do escopo de um ensaio único como este formular respostas estendidas para essas quatro interrogações diádicas. Elas são listadas aqui para sugerir quais são os contornos e o conteúdo dos debates de desenvolvimento na presente era da globalização. Objetivando maior clareza, poder-se-iam enquadrar as questões chave do desenvolvimento em termos mais simples, como segue.

A globalização é boa para o desenvolvimento?

E quanta globalização, operando sob que regras de governança, e na perseguição de que fins?

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

Que espécie de desenvolvimento a globalização gera em seu modelo atual: um desenvolvimento elitista, indutor de dependência, culturalmente destrutivo, socialmente despedaçador, alienante da pessoa, ambientalmente dilapidador?

Ou, inversamente, trata-se de um desenvolvimento que é participativo; emancipador e libertador para muitos; que serve como catalizador dinâmico de vitalidade culturais regeneradas; que conduz à cooperação social, se não mesmo a plácida harmonia; e que é ambientalmente sã no longo prazo?

Conclusão

Nas cinco décadas e meia em que o desenvolvimento tem servido como mito propulsor (no sentido de Sorel⁴⁹, de idéia galvanizadora que mobiliza pessoas e instituições para fazerem sacrifícios em sua busca), a natureza do desenvolvimento evoluiu para além do desejo de crescimento econômico máximo, através de investimentos (públicos e privados) com alvos definidos e transferências de recursos. Os investimentos e transferências eram alimentados por ações estatais de planejamento, de provimento de incentivos e criação de infra-estruturas em volta de um objetivo geral tríplice: modernizar, melhorar a tecnologia e especializar. Inicialmente, havia pelo menos uma suposição implícita de que riqueza seria criada rapidamente e que se derramaria para o todo do sistema, de acordo com o ditado de que uma maré enchente faz subir todos os barcos.

No fim de contas, percebeu-se que riqueza não se derrama e que marés enchentes fazem pequenos barcos afundar. Mais ainda, mesmo o crescimento econômico propriamente não ocorreu em toda parte (porque condições sociais e políticas não eram propícias; porque determinantes culturais e psicológicos não existiam ou eram fracos; porque a pressão

demográfica sobre os recursos era grande demais). Além disso, a modernização institucional e política, e mesmo o crescimento econômico induzido pela tecnologia, não criam necessariamente emprego. Pior ainda, disparidades econômicas e sociais (e de qualidades humanas) tornaram-se mais pronunciadas. Tampouco, a pobreza foi eliminada, apesar de avanços significativos em alguns países, alguns setores, algumas classes, alguns grupos populacionais. Muito previsivelmente, na medida em que a curva de aprendizado do desenvolvimento trouxe à luz variáveis — sociais, culturais, ambientais, políticas, éticas — da equação do desenvolvimento cada vez mais numerosas e complexas, poderosos ataques foram lançados sobre a própria concepção e o projeto mesmo de desenvolvimento. Ataques foram conduzidos em nome do pós-modernismo, da ecologia profunda, das ideologias de liberação rejeitando neoformas de dependência resultantes da globalização, da resistência de bases éticas às injustiças e desigualdades que parecem inseparáveis do crescimento de algumas unidades econômicas. Malgrado os *racionales* iniciais das crescentes desigualdades supridos por certos teóricos da economia, tornou-se evidente, do ponto de vista empírico, ao longo do tempo, que as disparidades eram não apenas duráveis mas que se estavam tornando mais amplas. Os ataques mais recentes à globalização têm procedido de vozes culturais atormentadas pela inelutabilidade aparente com a qual a globalização, e a padronização que a acompanha, destrói diversidade e vitalidade cultural, do mesmo modo que a possibilidade de comunidades humanas serem sujeitos de sua própria história social. Ao invés disso, elas são reduzidas ao *status* de objetos, investigados e submetidos a ações, em lugar de se conhecerem e se conduzirem ativamente a si próprios. Daí sua ênfase em controle local; mas não somente isso, também a tomada de

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

decisão local alcançando os planos mais elevados do "direito" putativo de cada povo de definir seu próprio paradigma de desenvolvimento.

Na era da globalização, todas essas forças de assalto, ao lado de velhas e novas forças de defesa, convergem. Tal convergência, tornada possível paradoxalmente por aquelas mesmas tecnologias que têm habilitado a globalização financeira econômica a se espalhar, surge em um momento em que o velho modelo de desenvolvimento (devidamente "corrigido") encontra-se, em termos de recursos disponíveis e de apoio institucional (não menos sob a forma de *racionales* conceituais), em sua posição mais forte.

À frente do desenvolvimento existem agora numerosos atores novos, ou atores com nova compreensão de papéis novos para si (especialmente verdadeiro no caso de ONG's e do que veio a se chamar de instituições da sociedade civil), assim como velhos atores que se tornaram agudamente conscientes dos seus poderes diminuídos para influir nos eventos (governos), além de outros (empresas de negócios) que se tornaram não menos agudamente conscientes de suas capacidades expandidas de influenciar eventos em macrodomínios que antes não aspiravam afetar. O falecido Willis Harman, fundador da Academia Mundial de Negócios, escreveu em 1990:

Os negócios têm se tornado, neste meio-século, a instituição mais poderosa no planeta. A instituição dominante em qualquer sociedade necessita assumir responsabilidade pelo todo – tal como a Igreja fez nos dias do Sacro Império Romano. Mas os negócios não tinham tal

tradição. Este é um papel novo, ainda não bem compreendido e aceito.⁵⁰

Harman lamentava que as firmas de negócios estivessem demorando a aceitar o novo papel. Uma larga constelação de outros atores do desenvolvimento, entretanto, recusa aceitar o novo papel como legítimo para o setor privado. De forma surpreendente, parece que um círculo completo no tocante a como se pensa acerca do desenvolvimento pode ter agora sido fechado. Trinta anos atrás, Paul G. Hoffman, o primeiro administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e gerente operacional do Plano Marshall, a maior transferência de recursos de desenvolvimento já efetuada, escreveu:

da mesma maneira que a política é importante demais para ser deixada inteiramente aos políticos, o desenvolvimento pode bem ser importante demais para ser entregue somente nas mãos dos 'desenvolvedores'. Falando tanto como Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento quanto cidadão privado que se preocupa grandemente acerca do futuro de seu mundo, digo que o desenvolvimento não pode e não deve ser a província exclusiva dos 'peritos', não importando quão qualificados ou bem-intencionados. A empreitada é grande demais, complexa demais, crucial demais para não merecer o envolvimento – ou pelo menos o interesse preocupado – da maioria das pessoas em cada país da terra.⁵¹

A globalização transformou em fato empírico aquilo que Hoffman apresentou como fim eticamente desejável. Depois de incontáveis evoluções, o desenvolvimento converteu-se agora em negócio de todo mundo.

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

Notas

- 1 Tradução do inglês por Clóvis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco
- 2 JENKINS ROY; ROSTOW Walt; SCHMIDT, Helmut et al. "The Marshall Plan and Its Legacy: 50 Years Later". *Foreign Affairs*, maio-jun. 1997, pp. 157-220.
- 3 SEN, Amartya; *On Ethics and Economics*. Oxford: Basil Blackwell Ltda., 1987, pp. 2-3.
- 4 *Ibidem*, p. 3.
- 5 *Ibid*, p. 7.
- 6 GOULET, Denis. "Development Ethics: A New Discipline", *International Journal of Social Economics*, 24:11, pp. 1160-1171, 1997.
- 7 BROMLEY, Ray; KITCHIN, Gavin. "Prefácio" dos organizadores da série, in KITCHIN, Gavin. *Development and Underdevelopment in Historical Perspective*. Londres: Methuen, 1982, p. vii.
- 8 FROM Erich. *To Have or to Be?*. Nova York: Harper & Row, Publishers, 1976; PERENC, Georges. *Les Choses*. Paris: Les Lettres Nouvelles, 1965; LEGUIN, Ursula K. *The Dispossessed*. Nova York: Avon Books, 1975, p. 20.
- 9 BANCO Mundial, *World Development Report 1992*. Nova York, Oxford University Press, 1992, "Overview", p. 1.
- 10 COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Our Common Future*. Nova York, Oxford University Press, 1987, p. 89.
- 11 STREETEN, Paul. "Future Generations and Socio-Economic Development – Introducing the Long-Term Perspective", manuscrito não publicado de janeiro de 1991, p. 3. Uma versão menor publicada não contém a citação feita. Ela aparece como "Des Institutions pour un Développement Durable", *Revue Tiers Monde*, tomo XXXIII, no. 130, pp. 455-469, abril-jun., 1993.

¹² *Ibidem*, pp. 1-2.

¹³ EKINS, Paul. "Sustainability First". In: EKINS, Paul; MAX-NEEF, Manfred, orgs., *Real-Life Economics*. Londres e Nova York, Routledge, 1992, p. 412.

¹⁴ GRIFFIN, Keith. *Alternative Strategies for Economic Development*. Londres: Macmillan Academic and Professional Ltd., 1989, p. 242.

¹⁵ RIST, Gilbert. *The History of Development from Western Origin to Global Faith*. Londres e Nova York, Zed Books, 1997, pp. 212-213. Os itálicos são do autor.

¹⁶ LEBRET, L. J.; MOREUX, R. *Economie et Humanisme*, número especial, fev.-mar. 1942.

¹⁷ LEBRET, L. J. "Editorial", *Développement et Civilisations*, no. 1 (mar. 1960), p. 3. Cf. também LEBRET, *Développement-Revolution Solidaire*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1967, p. 82.

¹⁸ Nosso ponto de partida aqui será o significado dual que o "desenvolvimento" assume imediatamente em qualquer debate. Por que os defensores da cooperação sempre contrapõem o "desenvolvimento real" ao "desenvolvimento *tout court*"? Estão eles simplesmente salientando que a promessa de felicidade permanece válida, mesmo se ela não tenha sido mantida, e argumentando que os novos métodos oferecidos desacreditam os que anteriormente se pensaram? Ou os dois sentidos refletem duas formas de crença no "desenvolvimento"? Rist, *ibidem*, p. 212.

¹⁹ GOULET, Denis. "Une sagesse pour encadrer nos sciences". In Centre L.-J. Lebrét, org., *L'Économie Humaine et la Dynamique du Développement à l'Heure de la Mondialisation*. Paris, Unesco, 1998, pp. 38-42.

²⁰ MILLIKAN, Max F. "Planning Process and Planning Objectives in Developing Countries". In: *Organization, Planning and Programming for Economic Development*, paper dos EUA para a Conferência da ONU sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia para o Benefício das Áreas Menos Desenvolvidas. Vol. VIII, Washington, DC, US Government Printing Office, 1962, pp. 33-34.

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

- ²¹ Um espécimen típico disso é o estudo preparado por Lebret e seus colaboradores para o Ministério do Plano, República Libanesa, *Besoins et Possibilités de Développement du Liban*. Líbano: Missão Irled, 1960-61, três volumes.
- ²² WARD, Barbara. "Foreword", In: Mahbub ul Haq, *The Poverty Curtain, Choices for the Third World*. Nova York: Columbia University Press, 1976, p. xii.
- ²³ MANNHEIM, Karl. *Freedom, Power and Democratic Planning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1951, p. 151.
- ²⁴ GALBRAITH, John Kenneth. *Economic Development in Perspective*. Cambridge, EUA, Harvard University Press, 1962, p. 43. A ênfase é de Galbraith.
- ²⁵ Para uma apresentação detalhada e justificativa dessa tipologia de necessidades, ver Denis Goulet, *The Cruel Choice*. Nova York: University Press of America, 1985, pp. 236-249.
- ²⁶ FROMM, Erich (org.). "Introduction" a *Socialist Humanism: An International Symposium*. Nova York: Anchor Books, p. ix.
- ²⁷ Nenhum documento foi emitido do seminário no Marga. A lista em causa se baseia em notas deste autor no evento.
- ²⁸ Para uma análise detida sobre como as tecnologias favorecem ou impedem a criação de emprego, ver Raphael Kaplinski, *The Economies of Small Appropriate Technology in a Changing World*. Londres: Appropriate Technology International, 1990.
- ²⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 1991*. Nova York: Oxford University Press, 1991, pp. 5-6.
- ³⁰ Para justificação e ilustração detalhada, ver Denis Goulet e Kwan S. Kim, *Estrategias de Desarrollo para el Futuro de México*. Guadalajara, Iteso, 1989.
- ³¹ BRANDT, Willy. *North-South: A Programme for Survival*. Cambridge: EUA, MIT Press, 1980, p. 16.
- ³² BLOY, Léon. citado em MERTON, Thomas. "Frontispiece", *The Tears of the Blind Lions*. Nova York: New Directions, 1949.
- ³³ JESUS, Carolina Maria de. *Child of the Dark*. Nova York: E.P. Dutton, 1962; Domitila Barrios de Chungara, com Moema Viezzer, *Let Me Speak!* Nova York: Monthly Review Press, 1978; Hazel Johnson e Henry Bernstein, com Raúl Hemán Ampuero e Ben Crow, *Third-World Lives of Struggle*. Ibadan, Heinemann Educational Books Ltd., 1982; e James D. Sexton, *Campesino: The Diary of a Guatemalan Indian*. Tucson, University of Arizona Press, 1985; Nancy Sheper-Hughes, *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley, Calif., University of California Press, 1992.
- ³⁴ WOLFE, Marshall. *Elusive Development*. Londres e New Jersey: Zed Books, 1996; Justinian F. Rweyemamu, *Third World Options*. Dar es Salaam, Tanzania Publishing House, 1992; Rosemary E. Galli *et al.*, orgs., *Rethinking the Third World*. Nova York, Crane Russak, 1992; James Manor, org., *Rethinking Third World Politics*. Londres e Nova York: Longman, 1991; James H. Mittelman, *Out From Underdevelopment*. Nova York: St. Martin's Press, 1988; Nigel Dower, *World Poverty, Challenge and Response*. York, Inglaterra, William Sessions Ltd, The Elbor Press, 1983; David H. Pollock e A.R.M. Ritter, orgs., *What Kinds of Development?*, três volumes. Ottawa, Norman Paterson School of International Affairs, Carleton University, 1980.
- ³⁵ GOULET, Denis. "¿Qué es el Desarrollo Después del Posmodernismo?" *Revista de Ciencias Sociales*, Nueva Época, 6, jan. 1999, pp. 42-62.
- ³⁶ FRIEDMAN, Thomas L. *The Lexus and the Olive Tree*. Nova York: Farrar Sraus Giroux, 1999, pp. 7-8
- ³⁷ PNUD, *Human Development Report 1999*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

- ³⁸ "Seattle Está sob Toque de Recolher Depois dos Distúrbios", *The New York Times*, 1.12.1999, p. A.14.
- ³⁹ Ibid.
- ⁴⁰ Ibid.
- ⁴¹ Exemplos típicos são C. Ford Runge, com François Ortalo-Magne e Philip Vande Kamp, *Freer Trade, Protected Environment*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1994; Dani Rodrik, *The New Global Economy and Developing Countries: Making Openness Work*. Washington, DC, Overseas Development Council, 1999.
- ⁴² "The Real Losers", editorial, *The Economist*, 11.12.1999, p. 15.
- ⁴³ Ibid.
- ⁴⁴ "A Global Disaster", *The Economist*, 11.12.1999, p. 19.
- ⁴⁵ GAGNON, Christiane. *La Recomposition des Territoires: Développement local viable*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1994; Bernard Dumas e Michel Séguier, *Construire des Actions Collectives: Développer les Solidarités*. Lyon, Cronique Sociale, 1997.
- ⁴⁶ GAGNON, Anil; RICHARDSON, Julie. *Environmental Economics: A Reader*. Nova York: St. Martin's Press, 1992; Rajaram Krishnan, Jonathan M. Harris e Neva R. Goodwin, orgs., *A Survey of Ecological Economics*. Washington: DC, Island Press, 1995.
- ⁴⁷ KAPLINSKY, Raphael. *The Economics of Small: Appropriate Technology in a Changing World*. Washington: DC, Appropriate Technology International, 1990.
- ⁴⁸ GOULET, Denis. "Authentic Development: Is it Sustainable?". In: PIRAGES, Dennis C. org., *Building Sustainable Societies*. Armonk, Nova York: M.E. Sharpe, Inc., 1996, pp. 189-205. Publicado como "Desenvolvimento Autêntico: Fazendo-o Sustentável". in: CAVALCANTI, Clóvis, org. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo, Cortez, 1997, pp. 72-82.
- ⁴⁹ SOREL, Georges. *Reflections on Violence*. Nova York, Collier Books, 1961.
- ⁵⁰ HARMAN, Willis. Declaração reproduzida na contracapa de *World Business Academy Perspectives*, v. 7, n. 3, 1993.
- ⁵¹ HOFFMAN, Paul G. Comentário na contracapa da edição original de Denis Goulet, *The Cruel Choice, A New Concept in the Theory of Development*. Nova York: Atheneum, 1971. O comentário de Hoffman foi escrito 18 meses antes da data de publicação.

A natureza evolutiva do desenvolvimento a luz da globalização

Denis Goulet

